

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DARLENE SANTOS DA SILVA

**CONCURSO PÚBLICO E ESTABILIDADE FINANCEIRA: O PODER DA
EDUCAÇÃO E DO PLANEJAMENTO NA VIDA DOS SERVIDORES DA
SEGURANÇA PÚBLICA**

São Luis – MA

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DARLENE SANTOS DA SILVA

**CONCURSO PÚBLICO E ESTABILIDADE FINANCEIRA: O PODER DA
EDUCAÇÃO E DO PLANEJAMENTO NA VIDA DOS SERVIDORES DA
SEGURANÇA PÚBLICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Contábeis
pela Universidade Federal do Maranhão
(UFMA).

Orientadora: Dra. Fernanda Paes Arantes

São Luis – MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Darlene Santos da.

Concurso Público e Estabilidade Financeira : o poder da educação e do planejamento na vida dos servidores da segurança pública / Darlene Santos da Silva. - 2026.
19 f.

Orientador(a): Fernanda Paes Arantes.

Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - Ma, 2026.

1. Educação Financeira. 2. Planejamento Financeiro.
3. Servidores Públicos. 4. Concurso Público. 5.
Estabilidade Financeira. I. Arantes, Fernanda Paes. II.
Título.

DARLENE SANTOS DA SILVA

**CONCURSO PÚBLICO E ESTABILIDADE FINANCEIRA: O PODER DA
EDUCAÇÃO E DO PLANEJAMENTO NA VIDA DOS SERVIDORES DA
SEGURANÇA PÚBLICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Contábeis
pela Universidade Federal do Maranhão
(UFMA).

Orientadora: Dra. Fernanda Paes Arantes

Aprovado em 05 de janeiro de 2026

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Fernanda Paes Arantes (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Francisco Gilvan Lima Moreira

Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Janieiry Queiroga Da Costa Teixeira

Universidade Federal do Maranhão

CONCURSO PÚBLICO E ESTABILIDADE FINANCEIRA: O PODER DA EDUCAÇÃO E DO PLANEJAMENTO NA VIDA DOS SERVIDORES DA SEGURANÇA PÚBLICA

Darlene Santos da Silva¹, Fernanda Paes Arantes²

¹Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil (darlene.ss@discente.ufma.br)

² Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil

Resumo: A procura por concursos públicos tem crescido expressivamente, impulsionado pela busca por estabilidade financeira e profissional. Isso levanta uma questão crucial: como os servidores da segurança pública controlam suas finanças pessoais e seus efeitos no desempenho profissional? Os resultados demonstram que a falta de educação financeira, o fácil acesso ao crédito e a pressão para manter um alto padrão de vida podem levar ao endividamento, prejudicando relacionamentos e desempenho no trabalho.

Palavras-chave: Educação financeira; planejamento financeiro; servidores públicos; concurso público; estabilidade financeira.

INTRODUÇÃO

O concurso público é visto como um caminho para a estabilidade financeira. De acordo com Nogueira (2015), os “concurseiros” são atraídos pela valorização social da estabilidade profissional. No entanto, a crença de que a simples aprovação em um concurso assegura prosperidade pode ser equivocada. Alam et al. (2024) destacam que o dinheiro é um meio se alcançar o modo de vida que se buscam e pode até comprar alguma felicidade, mas não é garantia de um padrão seguro sem o devido controle sobre os gastos.

A instabilidade financeira pode persistir se o indivíduo não tiver uma gestão adequada de suas finanças. Nesse sentido, Costa (2018) destaca que a ausência de endividamento só é possível quando há educação financeira, evidenciando a importância do planejamento para alcançar a verdadeira estabilidade.

A falta de educação financeira leva muitos servidores públicos a contrair dívidas logo no início de suas carreiras. Na tentativa de reorganizar suas finanças, muitos recorrem a financiamentos sem avaliar os impactos em longo prazo, o que gera estresse e afeta a saúde mental, causando ansiedade e depressão. Esses problemas se agravam com a pressão para manter o padrão de vida e o medo de não cumprir obrigações financeiras (Costa, 2018). Além disso, o endividamento pode causar sérios transtornos psicoemocionais, comprometendo o desempenho profissional e, em casos extremos, levando ao suicídio (Pereira et al., 2024).

A pressão psicológica causada pelo endividamento diminui a produtividade e o foco no trabalho, particularmente em setores de alta responsabilidade,

como a segurança pública. Uma pesquisa do Serasa (2022) revelou que 74% dos entrevistados relataram dificuldades de concentração ao realizar tarefas diárias, além de outros problemas. Portanto, a pressão psicológica causada pelo endividamento prejudica a capacidade de tomar decisões, provoca distrações e reduz o engajamento, comprometendo a qualidade dos serviços prestados e, em última instância, a segurança da população.

A qualidade dos relacionamentos interpessoais também é comprometida pela instabilidade financeira. Muitos sentem vergonha por terem contraído dívidas. Entre os resultados da pesquisa da Serasa (2022) consta que 63% dos entrevistados sentiram o impacto das dívidas no relacionamento com familiares e 57% se sentiram mal por precisar pedir dinheiro emprestado para familiares.

Diante desse contexto, é crucial compreender como os problemas financeiros prejudicam o equilíbrio emocional e o desempenho no trabalho, para então propor soluções que ajudem a reduzir esses impactos. Dessa forma, esta pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: Como os servidores da segurança pública, recém nomeados no Estado do Maranhão, controlam suas finanças pessoais e seus efeitos no desempenho profissional?

A escolha do tema se justifica pela crescente preocupação com o endividamento e os transtornos psicológicos que a instabilidade financeira pode gerar, afetando até mesmo o desempenho nas atividades policiais.

Ainda que seja crescente o índice de servidores públicos endividados, há uma escassez de estudos



voltados especificamente para esses profissionais. A falta de pesquisas específicas sobre como eles gerenciam suas finanças dificulta a criação de estratégias preventivas eficazes. Dessa forma, investigar a relação entre educação financeira e a forma como estes administram seus recursos é essencial para preencher essa lacuna e propor medidas que auxiliem na construção de uma gestão financeira mais consciente e sustentável desde o início da sua trajetória. Do contrário, a conquista da estabilidade profissional pode levar esses novos servidores a uma falsa sensação de segurança financeira, incentivando padrões de consumo sem o devido planejamento. Assim, sem uma base sólida de conhecimento financeiro, muitos tendem a contrair dívidas logo no início da carreira, o que pode comprometer sua saúde mental e desempenho profissional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta as definições dos principais problemas relacionados ao endividamento enfrentados pelos servidores públicos.

Educação financeira e endividamento

O investimento em educação financeira tem se intensificado em diversos países, impulsionado por programas que buscam conscientizar a população sobre a importância desse conhecimento para a vida cotidiana (Ribeiro, 2020). Essas iniciativas têm contribuído de forma significativa para a redução dos índices de endividamento, ao mesmo tempo em que promovem maior estabilidade e autonomia financeira entre os cidadãos. Crises econômicas de grande impacto, como a de 2008 e a provocada pela pandemia de Covid-19, evidenciaram ainda mais a urgência de preparar financeiramente a população para enfrentar períodos de instabilidade e incerteza.

Nesse cenário, a educação financeira passou a ocupar um espaço central nas agendas educacionais e nas políticas públicas, estimulando o avanço das pesquisas e o desenvolvimento de estratégias voltadas à qualificação econômica dos indivíduos. Apesar das críticas quanto à eficácia e ao alcance dos programas – especialmente no que diz respeito à população adulta – é inegável a relevância de iniciativas planejadas e contínuas que visem à capacitação financeira da sociedade como um todo (Savoia et al., 2007). A consolidação de uma cultura de responsabilidade e planejamento financeiro depende, sobretudo, da articulação entre conhecimento técnico, políticas públicas bem estruturadas e ações educativas eficazes.

Segundo Leite (2024), a crise sanitária da Covid-19, ao se somar a uma grave recessão econômica marcada pelo aumento do desemprego, da informalidade, da inflação e do número de endividados, reforçou a necessidade de ampliar o debate sobre educação financeira. Nesse contexto, destaca-se o início da

implementação da educação financeira nas escolas brasileiras, previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a partir de 2020, como uma estratégia essencial para enfrentar os desafios socioeconômicos contemporâneos.

A BNCC estabelece que a educação financeira deve ser trabalhada de forma transversal e interdisciplinar, ao longo de toda a educação básica, por meio do desenvolvimento de competências gerais e habilidades específicas. Essa abordagem visa promover a formação de cidadãos com senso crítico, capazes de elaborar orçamentos, interpretar demonstrativos financeiros simplificados, compreender conceitos como receita, despesa, lucro, investimento, juros e tributos, bem como utilizar essas informações para planejar e controlar suas finanças pessoais.

O conteúdo é integrado às disciplinas de matemática, ciências humanas e ciências sociais aplicadas, proporcionando aos alunos uma visão holística e contextualizada dos fenômenos econômicos. As habilidades específicas são desenvolvidas de forma progressiva, desde a educação infantil até o ensino médio, possibilitando a construção de um repertório técnico e conceitual que favoreça a autonomia e a resiliência financeira. Dessa forma, a educação financeira, com forte interface com os fundamentos da contabilidade, torna-se um pilar essencial para a formação de cidadãos mais conscientes, responsáveis e preparados para enfrentar os desafios de uma economia dinâmica e complexa.

O principal objetivo do investimento em educação financeira é capacitar a sociedade a tomar decisões financeiras mais conscientes e eficientes, reduzindo assim o endividamento (Sousa e Santos, 2022). A relevância da educação financeira é tão significativa que influencia diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O Relatório de Desenvolvimento Humano 2019/2020 destaca que os países com os melhores desempenhos são aqueles que priorizam investimentos em educação financeira.

No Brasil, os esforços iniciais do governo em promover a educação financeira ainda não geraram resultados satisfatórios. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada em abril de 2024, revela que o percentual de famílias endividadas permanece alarmante, alcançando 78,5%. Existem diversos fatores que levam as pessoas a gastarem mais do que ganham, tais como autoestima, desejo, acompanhar os outros, falta de conhecimento, crédito fácil, falta de orçamento etc. (Alam et al., 2024). Esses elementos evidenciam a necessidade urgente de ampliar e qualificar as políticas públicas voltadas à educação financeira no país.

O endividamento não é uma questão exclusiva das famílias de baixa renda. Dados da PEIC de 2021 já



mostravam que 70,3% das famílias com renda superior a 10 salários mínimos também enfrentavam dívidas. A pesquisa indica que o cartão de crédito é a principal fonte de endividamento. A facilidade de acesso ao crédito tem contribuído para o aumento do endividamento, contrastando com a realidade de 1987, quando a obtenção de crédito era muito mais restrita (Sousa e Santos, 2022).

O endividamento das famílias brasileiras vem se tornando uma preocupação cada vez maior, afetando não apenas a economia, mas também a saúde emocional e psicológica dos indivíduos. O acúmulo de dívidas, aliado à percepção de que muitas famílias não conseguirão pagá-las, provoca uma série de problemas emocionais, como estresse, ansiedade e depressão. Diante desse cenário, Silva e Monteiro (2023) ressaltam a importância de ensinar noções básicas de finanças de forma sistemática desde a infância, a fim de evitar o consumismo precoce e promover o desenvolvimento de habilidades emocionais relacionadas ao uso consciente dos recursos financeiros.

A falta de um relacionamento saudável com o dinheiro constantemente resulta na perda de controle financeiro, levando a um desequilíbrio entre receitas e despesas. O endividamento excessivo compromete o orçamento mensal e impacta diretamente a qualidade de vida, dificultando a superação de desafios econômicos. Hábitos de consumo impulsivos agravam essa situação, tornando a gestão financeira ainda mais complexa.

O controle do endividamento demanda uma abordagem estratégica, fundamentada no conhecimento das próprias finanças e na disciplina para cortar gastos desnecessários. A construção de um orçamento bem definido, com prioridades claras, é essencial nesse processo. Ferramentas como planilhas eletrônicas e aplicativos de gestão financeira oferecem suporte valioso, proporcionando maior visibilidade do fluxo de recursos e auxiliando na tomada de decisões mais conscientes.

Outro aspecto fundamental é o desenvolvimento de um consumo racional, que evite compras impulsivas e priorize as reais necessidades da família. O uso consciente do dinheiro não apenas previne desequilíbrios financeiros, como também reduz a dependência de crédito para cobrir despesas imprevistas. Quando o endividamento já está presente, a renegociação das dívidas surge como uma alternativa eficaz para minimizar encargos e romper o ciclo de inadimplência.

Contudo, cultivar uma relação saudável com o dinheiro vai muito além da simples evitação de dívidas. Trata-se de compreender as finanças como uma ferramenta fundamental para alcançar estabilidade, segurança e qualidade de vida. Nesse

contexto, a educação financeira assume um papel decisivo, ao promover escolhas mais conscientes, reduzir o estresse decorrente de dificuldades econômicas e incentivar uma relação mais equilibrada com o consumo e a poupança.

Superada a fase de endividamento, é necessário voltar o olhar para outro desafio igualmente relevante: a educação previdenciária. Com os avanços da ciência e da medicina, a expectativa de vida da população tem aumentado de forma significativa, prolongando o tempo de usufruto da aposentadoria. Esse cenário impõe uma crescente pressão sobre os cofres públicos, forçando diversos países a adotarem reformas previdenciárias em busca da sustentabilidade dos seus sistemas de seguridade social.

Diante desse cenário, Mazzi et al. (2024) defendem que a resposta mais coerente e sustentável está no investimento em educação financeira com ênfase na previdência. Essa proposta busca incentivar a população a planejar o futuro com responsabilidade, por meio da gestão eficiente dos próprios recursos, da constituição de reservas financeiras e da adesão a planos de previdência complementar. Ao estimular a autonomia individual, reduz-se a dependência do Estado e amplia-se a capacidade das pessoas de assegurarem uma aposentadoria mais estável e tranquila.

Esse movimento está inserido em um cenário de transformações profundas nas relações econômicas e sociopolíticas globais. Nas últimas duas décadas, três grandes forças moldaram esse novo contexto: a globalização, o avanço tecnológico e mudanças regulatórias e institucionais de orientação neoliberal. Como consequência, muitos países desenvolvidos passaram a reduzir o escopo e os gastos com seus programas de seguridade social, rompendo com o modelo paternalista do Estado (Savoia et al., 2007). Nesse novo paradigma, a responsabilidade pela segurança financeira na velhice é cada vez mais transferida ao indivíduo — reforçando a urgência de políticas de educação financeira integradas e eficazes.

Nesse contexto, o Brasil tem avançado ao incluir a educação financeira na base curricular da educação básica. Essa iniciativa vai ao encontro de experiências internacionais bem-sucedidas, que demonstram como programas educacionais sólidos são ferramentas essenciais para enfrentar desafios sociais e econômicos. Um exemplo emblemático é a Finlândia, cujo sistema educacional gratuito e universal, aliado a políticas públicas voltadas à equidade social, contribuiu significativamente para o seu reconhecimento como um dos países com maior desenvolvimento humano (Sousa e Santos, 2016).

Essa experiência demonstra que a educação financeira, quando articulada a investimentos em saúde pública, segurança e políticas de apoio social,



não apenas contribui para a estabilidade econômica dos indivíduos, mas também favorece seu bem-estar emocional e coletivo (Bueno, 2024). Trata-se, portanto, de uma estratégia abrangente e transformadora, capaz de preparar a sociedade para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais dinâmico e complexo.

Nesse contexto, destaca-se também a importância do conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB), que propõe uma visão mais ampla de desenvolvimento, ao considerar que o progresso de uma nação não deve ser medido unicamente por indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), mas também pelo grau de felicidade e bem-estar de sua população (Bueno, 2024). Esse paradigma reforça a necessidade de políticas públicas que promovam qualidade de vida de forma integrada, indo além do crescimento econômico.

Outro aspecto relevante está relacionado à dívida ambiental que a sociedade contrai com o planeta. O consumo excessivo e muitas vezes impulsivo, como a substituição de bens ainda funcionais apenas por modelos mais modernos, revela um padrão insustentável que compromete o equilíbrio ambiental. Nesse sentido, Wisniewski (2011) destaca que os altos níveis de consumo e o consequente endividamento das famílias brasileiras indicam que o acesso à educação financeira pode gerar impactos positivos também na sustentabilidade. Ao estimular uma reflexão crítica sobre hábitos de consumo, a educação financeira contribui para a construção de uma sociedade mais consciente, responsável e comprometida com o futuro do planeta.

Diante do exposto, torna-se evidente que a ausência de uma base sólida em educação financeira expõe os brasileiros a riscos severos. No contexto da Polícia Militar, o endividamento configura-se como fator agravante do estresse ocupacional, afetando diretamente a saúde emocional, psicológica e física dos profissionais, o que compromete seu desempenho e produtividade (Costa, 2018). Reforçando essa realidade alarmante, o estudo de Pereira et al. (2020) revelou que todos os policiais analisados que cometeram suicídio tinham parte significativa da renda comprometida com dívidas ou empréstimos. Essas evidências escancaram a carência de educação financeira como um desafio estrutural enfrentado pelos servidores públicos. Por isso, torna-se urgente a implementação de programas de educação financeira na formação e capacitação desses profissionais, promovendo maior equilíbrio financeiro, preservando a saúde mental e assegurando condições adequadas para o pleno exercício de suas funções.

Estabilidade financeira no serviço público

A Era Vargas foi determinante para a institucionalização da ocupação dos cargos públicos

por meio de concurso. A iniciativa de Getúlio Vargas em estabelecer o concurso público como requisito obrigatório para o ingresso no serviço público visava combater acordos políticos e enfraquecer a influência das elites regionais. O que democratizou o acesso às funções públicas, ampliando as possibilidades de candidatura para um número maior de cidadãos (Maia, 2021).

Apesar dos esforços de Vargas, as administrações presidenciais que se seguiram enfraqueceram suas iniciativas. No entanto, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a obrigatoriedade do concurso público para o ingresso em cargos e empregos públicos. Essa exigência assegura igualdade de acesso aos cargos, garantindo às instituições públicas, profissionais qualificados e competentes (Motta, 2011). Assim, os brasileiros passaram a enxergar no concurso uma oportunidade de ascensão financeira.

De acordo com Carvalho e Lima (2024), os concursos públicos possuem características essenciais que favorecem os cidadãos, destacando-se a meritocracia e a transparência no processo seletivo. Para esses autores, tais elementos não apenas promovem a justiça no acesso aos cargos públicos, como também reforçam a segurança jurídica e a credibilidade das instituições perante a sociedade. Ainda que existam casos isolados de fraudes, é fundamental que esses desvios sejam prontamente identificados e combatidos, a fim de preservar a integridade do sistema e a confiança da população na administração pública.

Fontonhcia et al. (2015) acrescentam que os concursos representam um efeito colateral positivo da transição da aristocracia para a República — uma etapa na trajetória em direção à igualdade. Assim, muitos brasileiros passaram a ver o concurso público como uma via legítima de mobilidade social e ascensão financeira, com a percepção de que todos são submetidos às mesmas regras e critérios. O concurso, portanto, tornou-se símbolo de justiça, estabilidade e oportunidades dentro do serviço público. No entanto, a igualdade plena só será alcançada quando forem vencidas as barreiras estruturais que dificultam o acesso de grupos vulneráveis (Carvalho e Lima, 2024).

É indiscutível o fato de o concurso público ter passado a ser um objetivo comum para inúmeros brasileiros em busca de estabilidade financeira. Um dos principais fatores que motivam os candidatos é a instabilidade do setor privado, onde, mesmo com uma carreira promissora, o risco de desligamento é constante.

De acordo com o Índice de Confiança Robert Half (ICRH), com base em dados do CAGED, em 2024, as saídas voluntárias representaram 39% dos desligamentos entre profissionais qualificados (com ensino superior completo e mais de 25 anos), enquanto



os desligamentos "sem justa causa" atingiram 51,3%. Esses números evidenciam a falta de segurança no setor privado para retenção de talentos, que buscam: desenvolvimento contínuo de habilidades, crescimento financeiro, estabilidade, equilíbrio entre vida profissional e pessoal, progressão na carreira e cuidados com a saúde e bem-estar (ICRH, 2024). Em resumo, procuram retorno financeiro e qualidade de vida.

O concurso público tem sido tradicionalmente percebido pela sociedade brasileira como uma das principais vias para alcançar a tão almejada estabilidade financeira. Essa visão está fundamentada na ideia de que o serviço público oferece garantias que a iniciativa privada nem sempre proporciona, como segurança no emprego, progressão funcional e uma remuneração previsível. Além disso, há uma valorização simbólica associada à estabilidade do cargo público, o que confere prestígio social à carreira. Segundo Oliveira et al. (2021), os principais fatores que motivam os candidatos a prestarem concursos são o desejo por uma trajetória profissional sólida e, sobretudo, a busca por estabilidade. Para os autores, essa estabilidade está fortemente relacionada a benefícios individuais, como segurança econômica, previsibilidade de renda e incentivos para a permanência no serviço público ao longo do tempo.

Outro fator relevante que levam as pessoas se tornarem "concurseiras" é a baixa empregabilidade e o subemprego, que não garantem condições de vida adequadas, levando muitos a enxergar no concurso público uma alternativa para escapar da mera subsistência. Albrecht (2010) observa que os candidatos a concursos ("concurseiros") tendem a focar na estabilidade oferecida pelo serviço público, muitas vezes sem considerar as funções que precisarão desempenhar. Além disso, o concurso público adquiriu um papel cultural em determinadas regiões, como no Nordeste, onde a oferta de empregos formais é limitada (Macêdo et al., 2016).

O crescente interesse dos brasileiros pela carreira no serviço público impulsionou a expansão dos cursos preparatórios para concursos (Freire et al., 2012; Fontainha et al., 2015). Motivados a investir mais tempo nos estudos, muitos candidatos acabam sacrificando outras áreas de suas vidas. Entretanto, a discussão sobre a influência de fatores como a qualidade do aprendizado e as condições socioeconômicas familiares, que também impactam as chances de aprovação, ainda é limitada (Macêdo et al., 2016). Após a aprovação, muitos acreditam que seus problemas financeiros terminaram. No entanto, devido à falta de educação financeira, acabam rapidamente acumulando dívidas, transformando o esforço dedicado ao estudo em uma nova fonte de frustração.

Na busca da mobilidade social, muitos depositam todas as esperanças na aprovação em um concurso, como se esse fosse o fator determinante para a prosperidade financeira. Ao pensarem assim, alguns podem vir a descobrir que essa crença não passa de uma verdadeira ilusão. Na realidade, o vínculo com o Estado pode tornar a vida um pouco mais equilibrada devido à estabilidade funcional, porém não assegura de forma alguma, o equilíbrio econômico.

A falta de educação financeira no Brasil, resultado da ineficácia na implementação de programas voltados a essa área, merece destaque. Apesar de iniciativas legislativas, como o Decreto nº 5.685/06, que criou o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC) para desenvolver uma estratégia nacional de educação financeira e de ações anteriores do Banco Central, como o Programa de Educação Financeira, que visavam conscientizar a população sobre a importância do conhecimento financeiro, o tema ainda enfrenta grandes obstáculos no país (Costa, 2018).

Segundo Ribeiro (2020), é a educação financeira que possui o verdadeiro potencial para proporcionar aos indivíduos um melhor entendimento sobre orçamento familiar, promovendo maior equilíbrio no uso dos recursos disponíveis. Essa perspectiva revela que, os servidores públicos, mesmo com todos os benefícios associados aos cargos, ainda estão sujeitos a dificuldades financeiras. Afinal, a questão não reside no valor da remuneração recebida e sim na forma de administrar esses recursos financeiros. Tirello et al. (2024) reforçam essa visão ao apontarem que, entre os policiais militares, a maneira como gerenciam o próprio dinheiro está mais relacionado com a educação financeira do que com o valor que recebem. Eles destacam que a falta de familiaridade com práticas de gestão financeira é um dos principais desafios enfrentados por esses profissionais, refletindo uma realidade comum na sociedade brasileira. Além disso, afirmam que a ausência de uma formação sólida em planejamento financeiro compromete a construção de estratégias sustentáveis para garantir uma boa qualidade de vida no futuro.

É importante destacar que a estabilidade oferecida pelo serviço público não deve, em hipótese alguma, ser desvalorizada. No entanto, é imprescindível compreender que ela representa apenas uma parte do caminho rumo à segurança financeira. Conforme observam Potuk e Guimarães (2024), no caso dos policiais militares, a educação financeira deve ser tratada como uma questão institucional, exigindo respostas organizadas e estruturadas por parte da corporação. Nesse sentido, os autores defendem que o planejamento financeiro institucional da Polícia Militar deve ter como foco fornecer aos policiais as ferramentas adequadas para gerir suas finanças com



eficiência, prevenindo o endividamento e promovendo a estabilidade financeira. Isso inclui ações como programas de educação financeira, incentivo à formação de reservas de emergência, orientação para o planejamento da aposentadoria e apoio em situações de endividamento.

Sem uma gestão consciente das finanças pessoais, até mesmo servidores concursados estão sujeitos a desequilíbrios econômicos. Nesse contexto, a educação financeira se revela uma ferramenta indispensável para converter a estabilidade profissional em bem-estar econômico e emocional. Ribeiro (2020) complementa essa visão ao afirmar que, na ausência de práticas de educação financeira, os indivíduos tendem a comprometer seus recursos com bens motivados por desejos momentâneos, prejudicando sua saúde financeira a longo prazo.

Alam et al. (2024) ressaltam que o conhecimento financeiro é como uma bússola apontando na direção dos objetivos e sonhos de longo prazo e que, a ocupação exerce um papel importante para moldar os comportamentos e preferências dos consumidores. Características específicas de cada categoria de trabalho, como níveis de renda, estabilidade no emprego, benefícios e expectativas sociais podem ser responsáveis pelas variações nos gastos esperados, destacando que os benefícios recebidos pelos servidores públicos dão mais segurança.

Impactos emocionais da falta de educação financeira

Muitos ingressam na carreira de policial militar atraídos pela promessa de estabilidade financeira e pela ilusão de uma vida próspera, associada a altos padrões de consumo. No entanto, essa expectativa nem sempre se concretiza ou se mantém em longo prazo. A falta de equilíbrio financeiro e emocional acaba levando muitos policiais à inadimplência, pois não conseguem sustentar um nível elevado de gastos, comprometendo até mesmo as necessidades básicas de suas famílias. Dessa forma, para garantir o cumprimento de suas obrigações financeiras, muitos policiais recorrem ao trabalho extra em seus dias de folga, popularmente conhecido como “bico”.

Potuk e Guimarães (2024) apontam que o “bico”, tem sido adotado por muitos policiais militares como uma estratégia para complementar a renda, garantir o pagamento de despesas e aumentar temporariamente a disponibilidade financeira. No entanto, embora essa prática surja como uma solução emergencial frente à instabilidade econômica, ela representa um acúmulo de função irregular, passível de sanções disciplinares. Além disso, o desgaste físico e emocional provocado pela dupla jornada pode comprometer seriamente a saúde do profissional, refletindo negativamente na qualidade do serviço prestado à sociedade. Dessa forma, ainda que o “bico” ofereça um alívio financeiro

momentâneo, seus efeitos colaterais podem ser profundos e duradouros, tanto na esfera pessoal quanto na profissional, como alertam os autores.

Diante da inadimplência, muitos policiais militares recorrem às linhas de crédito facilitadas, especialmente ao crédito consignado. Segundo Chacon (2019), essa escolha ocorre porque os servidores públicos estão entre os trabalhadores autorizados a comprometer até 35% de sua renda com esse tipo de empréstimo. Como o desconto é feito diretamente na folha de pagamento, o risco de inadimplência para as instituições financeiras é baixo, o que possibilita a oferta de juros mais atrativos e prazos mais longos do que os praticados nos créditos pessoais tradicionais. Contudo, o problema não reside na busca pelo crédito em si, mas no uso desordenado desses recursos, sem qualquer planejamento financeiro. Quando bem utilizado, o consignado pode até servir como um instrumento de investimento ou reorganização financeira. No entanto, a facilidade de acesso pode mascarar riscos significativos, como juros ainda elevados, renegociações abusivas e uma perigosa dependência contínua desse modelo de financiamento.

Na ausência de alternativas viáveis, é comum que esses profissionais contraiam novos empréstimos para quitar dívidas antigas, perpetuando um ciclo vicioso de endividamento. Esse acúmulo progressivo compromete não apenas o orçamento mensal, mas também a saúde emocional dos policiais, que passam a enfrentar sentimentos de impotência, fracasso e desesperança diante da própria situação financeira. Nesse contexto, Borges (2019) destaca que, ao não conseguirem reduzir o endividamento de forma imediata, muitos servidores optam por renegociar suas dívidas, estendendo os prazos de pagamento para aliviar o impacto mensal das parcelas. Ainda que essa medida possa representar um alívio temporário, o valor total da dívida geralmente aumenta. Assim, o crédito consignado, que deveria funcionar como uma solução emergencial, acaba se transformando em uma armadilha silenciosa e emocionalmente desgastante.

A instabilidade financeira enfrentada pelo policial militar vai além de uma simples questão econômica, pois impacta diretamente sua saúde mental e bem-estar. Muitos profissionais, ao se depararem com dificuldades para gerir suas finanças, desenvolvem sentimentos profundos de culpa e vergonha, especialmente diante de suas famílias e da sociedade. Esses sentimentos desencadeiam um ciclo de autocobrança e baixa autoestima, que, em muitos casos, leva à adoção de comportamentos autodestrutivos como forma de escape. Um exemplo comum é o uso abusivo de substâncias psicoativas, que, por sua vez, pode provocar compulsões e alterações comportamentais severas. Nesse contexto, Neto et al. (2023) destacam que o consumo dessas



substâncias está diretamente associado a fatores econômicos, sociais e laborais, e suas consequências são evidentes no ambiente de trabalho: queda de produtividade, absenteísmo, aumento de acidentes, dificuldade no controle da agressividade e prejuízo na capacidade de julgamento - impactos especialmente graves em profissões de alto risco, como a dos policiais militares.

Destaca-se ainda que a atuação do policial militar carrega, além da responsabilidade técnica e operacional, um peso simbólico diante da sociedade. Espera-se desse profissional uma postura firme, centrada e resolutiva - alguém capaz de lidar com situações extremas e, ainda assim, manter o equilíbrio emocional, tornando-se referência para familiares e amigos. Em muitos casos, é a ele que se recorre nos momentos de crise, como se estivesse sempre pronto a oferecer soluções. Entretanto, essa construção social pode se transformar em um fardo. Quando o policial se vê diante de um colapso emocional ou precisa de apoio psicológico, habitualmente sente-se coagido a manter uma imagem de controle, mesmo quando o que enfrenta internamente é desordem, exaustão e sofrimento psíquico.

A pressão constante vivenciada pelos policiais militares, aliada à vulnerabilidade psicossocial inerente à profissão, eleva significativamente os riscos à saúde física e mental desses profissionais (Santos, 2022). Essa realidade torna-se ainda mais crítica quando se considera que o principal instrumento de trabalho - a arma de fogo - representa não apenas um recurso de defesa em situações de confronto, mas também um potencial fator de risco em momentos de instabilidade emocional e conflitos pessoais. A ausência de suporte psicológico adequado e de espaços seguros para a expressão de sentimentos e fragilidades contribui para a perpetuação de um ciclo silencioso e perigoso de sofrimento psíquico.

Embora a participação feminina nas forças de segurança tenha crescido, o ambiente policial permanece amplamente masculino, e é nesse contexto que os policiais do sexo masculino costumam apresentar maior resistência à busca por ajuda profissional. Essa resistência está profundamente enraizada em uma cultura institucional marcada pela “masculinidade tóxica”, que associa demonstrações de vulnerabilidade à fraqueza. Sob essa lógica, o policial é condicionado a se manter firme diante de qualquer adversidade, evitando revelar sinais de sofrimento emocional. Essa mentalidade acaba por dificultar o acesso a cuidados em saúde mental, agravando quadros de depressão, transtornos de ansiedade, burnout e, em casos mais extremos, ideação suicida.

A gravidade desse cenário é destacada por Nakashima (2023), ao demonstrar que o número de policiais que tiram a própria vida já supera o total de mortes em

confrontos armados no exercício da função. O autor aponta, ainda, que o medo de ser ridicularizado pelos colegas e o receio de comprometer a imagem de força construída ao longo da carreira contribuem para a negligência do cuidado psicológico. Assim, a reprodução dessa cultura do silêncio impede que os profissionais busquem o apoio necessário, colocando em risco não apenas sua própria vida, mas também a segurança da corporação e da sociedade que juraram proteger.

Sentindo-se pressionado e desamparado, o policial inadimplente passa a vivenciar os impactos emocionais da instabilidade financeira dentro do próprio lar. A tensão constante favorece o surgimento de conflitos conjugais, desentendimentos com os filhos e atritos com outros membros da família. A frustração por não conseguir garantir segurança material àqueles que ama habitualmente se traduz em retraimento emocional, atitudes agressivas ou comportamentos impulsivos — reações que comprometem profundamente os vínculos afetivos. Nesse turbilhão de emoções, é comum que situações mais graves se instalem, podendo culminar em episódios de violência familiar que, em casos extremos, fragmentam completamente a estrutura familiar. Assim, o que começa como um problema financeiro pode evoluir para um quadro de ruptura nas relações interpessoais e aprofundamento do isolamento emocional, agravando ainda mais o sofrimento psíquico do profissional.

Essas consequências, porém, poderiam ser mitigadas com medidas preventivas voltadas à educação financeira. Nesse sentido, Tirello et al. (2024) reforçam que um dos principais desafios enfrentados pelos policiais militares está na ausência de conhecimento sobre práticas de gestão financeira. A falta de uma formação sólida em planejamento e organização das finanças impede que esses profissionais desenvolvam estratégias sustentáveis para garantir sua estabilidade e qualidade de vida ao longo do tempo.

Adicionalmente, a pressão financeira constante reverbera nas dinâmicas familiares e nas relações interpessoais. O medo, a vergonha e o estigma associados ao endividamento tendem a levar os indivíduos ao isolamento social, dificultando o acesso a redes de apoio emocional e a informações que poderiam auxiliar na reorganização de suas finanças. De acordo com levantamento da Serasa (2022), 51% dos entrevistados relataram sentir vergonha por estarem endividados, e 31% afirmaram ter se afastado de encontros familiares por esse motivo. Tais dados evidenciam que o impacto das dívidas vai além do aspecto econômico, afetando significativamente a saúde mental e a qualidade de vida dos indivíduos.

MATERIAL E MÉTODOS



A pesquisa de campo adotada neste estudo foi realizada no ambiente de formação do Centro de Formação de Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), aplicada com uma turma de soldados matriculados no Curso de Nivelamento Técnico Policial (CNTP), com início previsto para fevereiro de 2025. Dessa forma, o tipo de amostra é por conglomerado, devido ao número extenso de policiais militares do Maranhão. Esse método é aplicado quando é viável aplicar a pesquisa em apenas um grupo que represente o todo (Beuren, 2012).

O método de coleta de dados escolhido é o questionário, que foi disponibilizado eletronicamente via FormesApp (From Builder). Com o questionário buscou-se avaliar o conhecimento financeiro dos participantes, sua relação com o endividamento e o impacto da má gestão financeira em suas relações interpessoais e atividades laborais.

Segundo Silva (2017), a pesquisa de campo caracteriza-se pela coleta direta de dados no ambiente onde os fenômenos ocorrem, sendo realizada in loco e orientada por objetivos bem definidos. A elaboração do questionário seguiu as orientações de Appolinário (2006), que destaca a importância de sua estruturação ordenada, iniciando com informações demográficas, passando por perguntas gerais e avançando para questões específicas. As perguntas, de produção própria, foram divididas em duas modalidades: perguntas objetivas, com quatro opções de resposta, e perguntas baseadas na escala Likert de cinco pontos — variando de "concordo plenamente" a "discordo plenamente" ou numeradas de 1 a 5 — destinadas a medir o grau de segurança percebido pelos participantes.

O estudo é classificado como quantitativo e possui caráter descritivo, ao permitir a análise do conhecimento financeiro dos servidores, facilitando a identificação de padrões e tendências. Conforme Moresi (2003), a pesquisa quantitativa transforma opiniões e informações em números e foca na interpretação dos fenômenos. Essa característica é reforçada pela conversão dos dados em planilhas de Excel, o que possibilita a geração de percentuais e gráficos para destacar os resultados.

A análise busca identificar a existência de relação entre o conhecimento financeiro e o endividamento, analisando se a falta de educação financeira pode resultar em problemas pessoais, causando impactos no desempenho das funções policiais. O estudo busca entender se a educação financeira deve ser integrada à formação de novos policiais, como medida preventiva para evitar problemas financeiros que possam comprometer tanto a saúde mental, quanto a qualidade de trabalho destes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados a seguir analisam as respostas de 216 servidores de segurança pública em treinamento no CFAP, Maranhão. O questionário buscou identificar o perfil dos participantes, sua relação com o dinheiro, estratégias para evitar dívidas, conhecimento em educação financeira e os impactos de uma má gestão financeira na vida pessoal e profissional.

Perfil dos participantes

A pesquisa selecionou sua amostra com base no concurso da Polícia Militar do Maranhão, que exige ensino médio completo, atraindo muitos candidatos em busca de estabilidade profissional e financeira. Embora 72,22% dos participantes tenham pelo menos graduação completa, muitos iniciam em concursos menores para acumular recursos para os estudos, como apontam Macêdo et al. (2016). Dos participantes, 24,07% são mulheres e 75,93% homens; 37,96% têm graduação e 15,74% estão cursando ou concluindo pós-graduação. A maioria está na faixa etária de 26 a 35 anos, refletindo um perfil de jovens em início de vida adulta. Dados detalhados da amostra estão na Tabela 1.

Tabela 1. Classificação da amostra

	ITEM	QUANT	%
Gênero	MULHERES	52	24%
	HOMENS	164	76%
Faixa etária	18 a 25 anos	9	4,2%
	26 a 35 anos	173	80,1%
	36 a 40 anos	33	15,3%
	mais de 40 anos	1	0,5%
Escolaridade	Ensino Médio	60	27,8%
	Graduação Completa	82	38%
	Graduação em andamento	40	18,5%
	Pós-Graduação em andamento	34	15,7%

Relacionamento com dinheiro e controle do endividamento

A Tabela 2 apresenta as perguntas feitas aos participantes para entender como gerenciam suas finanças, evitam dívidas, compreendem a reserva emergencial e avaliam sua satisfação com o equilíbrio financeiro.

Tabela 2. Análise do nível de controle financeiro

4.	Na sua	QT	%	M	H
	opinião, qual é a importância de um orçamento equilibrado para				



a saúde financeira?				
Importante	11	5,1%	4	7
Muito importante	20	94,4%	4	156
Pouco importante	4		8	
1	1	0,5%	0	1
5.Na sua opinião, quais os principais desafios enfrentados na implantação de um orçamento equilibrado?	QT	%	M	H
Dificuldade em controlar os gastos	79	37%	2	59
Falta de conhecimento sobre planejamento financeiro	12	58%	3	95
Pressão para aumentar gastos	12	5,6%	2	10
6.Que estratégia você considera eficaz para alcançar um orçamento equilibrado?	QT	%	M	H
Aumento da receita	19	8,8%	4	15
Consulta com consultor financeiro	8	3,7%	2	6
Controle rigoroso dos gastos	12	57%	3	93
Investimentos estratégicos	66	31%	1	50
7.Na sua opinião, qual é a importância de ter uma reserva de emergência?	QT	%	M	H
Importante	15	7%	3	12
Muito importante	20	93%	4	151
Pouco importante	0		9	
1	1	0,5%	0	1
8.Você costuma fazer reserva financeira?	QT	%	M	H
Frequentemente	68	32%	1	51
Nunca	5	2%	0	5

Raramente	56	26%	1	42
Regularmente	87	40%	2	66
9.Que estratégia você considera eficaz para construir uma reserva de emergência?	QT	%	M	H
Economizar parte do salário mensalmente	96	44%	2	73
Investir em produtos financeiros de baixo risco	21	9,7%	4	17
Planilha de controle de orçamento financeiro	43	20%	1	31
Reduzir despesas não essenciais	56	26%	1	43
10.Na sua opinião, qual o principal benefício de ter uma reserva de emergência?	QT	%	M	H
Maior segurança financeira em casos de imprevistos	18	87%	4	142
Maior dependência de crédito em situações emergenciais	8		6	
Redução do estresse financeiro	15	7%	5	10
Relações sociais mais estáveis	12	5%	1	11
11.Como você descreveria sua situação financeira atual?	QT	%	M	H
Endividado	31	14%	9	22
Equilibrada	10	46%	2	77
Estável e confortável	0		3	
Instável e apertada	9	4%	1	8
12.Em uma escala de 1 a 5,	76	35%	1	57
	QT	%	M	HOMENS

como você
classificaria seu
sentimento de
segurança
financeira?

Sendo 1 muito
inseguro e 5
muito seguro.

1	9	4%	4	5
2	21	10%	4	17
3	11	52%	2	85
	2		7	
4	55	25%	1	42
			3	
5	19	8,8%	4	15

Dos entrevistados, 99,54% consideram essencial manter um orçamento equilibrado para a estabilidade financeira, revelando uma ampla compreensão sobre a importância do controle financeiro. No entanto, a educação financeira ainda é escassa no país, dificultando a formação de adultos financeiramente conscientes. Costa (2018) aponta que poucas escolas de ensino fundamental e médio oferecem cursos sobre planejamento financeiro. Como resultado, muitos jovens, apesar de estarem prontos para o mercado de trabalho, não sabem como gerenciar seus salários, o que contribui para o descontrole financeiro.

Embora a educação financeira seja valorizada, 57,87% dos participantes destacam a falta de conhecimento em planejamento financeiro como a principal dificuldade para manter um orçamento equilibrado. Além disso, 36,57% enfrentam problemas em controlar gastos. A maioria (56,94%) vê o controle rigoroso de gastos como a melhor estratégia, enquanto apenas 30,56% acredita que investir é a solução para alcançar estabilidade financeira. CVM e Planejar (2019) afirmam que não há um único método para organizar o orçamento familiar. Ferramentas como planilhas e aplicativos são eficazes se usadas regularmente, e o essencial é alinhar o padrão de vida à renda.

Cerca de 92,59% dos participantes consideram essencial criar uma reserva de emergência, com apenas um entrevistado achando a prática pouco relevante. O Banco do Brasil (2013) destaca a importância dessa reserva para cobrir despesas imprevistas e evitar endividamento. Em relação à regularidade da poupança, 40,28% conseguem reservar recursos regularmente, 31,48% com frequência, mas sem periodicidade fixa, enquanto 25,93% raramente conseguem poupar e 2,31% nunca o fazem. A CVM e Planejar (2019) observam que o cálculo do fundo de emergência é desafiador, dependendo da estrutura familiar e do padrão de vida.

Para construir essa reserva, 44,44% dos participantes economizam parte de seus salários, 25,93% reduzem despesas não essenciais, 19,91% usam planilhas

financeiras e 9,72% investem, mesmo que em baixo risco. A maioria (87,04%) acredita que uma reserva emergencial traz segurança. Leya S.A (2021) ressalta que um orçamento bem planejado é fundamental para entender e organizar as finanças pessoais.

Quanto à avaliação da própria situação financeira, 46,30% dos participantes a consideram equilibrada, 35,19% a descrevem como instável, 14,35% estão endividados e apenas 4,17% se sentem confortáveis. A maioria demonstra uma percepção moderada de segurança financeira, evidenciando incertezas e riscos sem extremos. Em conclusão, essa percepção sugere a necessidade de maior educação financeira e estratégias de gestão para melhorar a estabilidade financeira dos participantes.

Educação financeira e estabilidade

A Tabela 3 analisa o conhecimento prévio dos participantes sobre educação financeira, suas fontes de informação e a opinião sobre a inclusão dessa disciplina na formação. Também busca entender se os candidatos consideram o concurso público uma alternativa para alcançar estabilidade financeira.

Tabela 3. Análise do nível de conhecimento em educação financeira e estabilidade

13. De onde você costuma obter informações sobre educação financeira?	QT	%	M	H
Consultores financeiros	13	6,0%	0	13
Cursos online ou presenciais	39	18%	9	30
Livros	33	15%	6	27
Redes sociais	131	61%	37	94
14. Quais são, na sua opinião, os princípios desafios enfrentados ao buscar educação financeira?	QT	%	M	H
Dificuldade em entender termos financeiros complexos	27	12%	7	20
Dificuldade em estabelecer metas financeiras	118	55%	30	88
Falta de acesso a informação confiáveis	33	15%	9	24
Falta de tempo para estudar o assunto	38	18%	6	32
15. Na sua opinião, os principais	QT	%	M	H

benefícios de ter uma boa educação financeira?				
Maior controle sobre os gastos	34	16%	3	31
Melhor planejamento financeiro e profissional	96	44%	25	71
Saúde emocional estável	26	12%	11	15
Tomadas de decisões financeiras mais conscientes	60	28%	13	47
16. Ao ser nomeado você acreditava que sua vida financeira se tornaria estável?	QT	%	M	H
Concordo parcialmente	111	51%	30	81
Discordo parcialmente	15	7%	4	11
Discordo plenamente	5	2%	1	4
Não consigo opinar	12	5,6%	2	10
Concordo plenamente	73	34%	15	58
17. Você acredita que a educação financeira deveria fazer parte das instruções do curso de formação?	QT	%	M	H
Concordo parcialmente	39	18%	2	37
Concordo plenamente	154	71%	46	108
Discordo parcialmente	12	5,6%	2	10
Discordo plenamente	3	1,4%	0	3
Não sei opinar	8	3,7%	2	6

A pesquisa revelou que 60,65% dos participantes buscam conhecimento em educação financeira nas redes sociais, enquanto 18,06% recorrem a cursos, 15,28% a livros e apenas 6,02% a consultores financeiros, todos homens. Costa (2018) alerta sobre os riscos de confiar em fontes não verificadas. Os principais desafios para implementar a educação financeira incluem a dificuldade em estabelecer metas, mencionada por 54,63% dos participantes. O Banco do Brasil (2013) enfatiza que um bom planejamento requer visão de futuro e metas claras, e a CVM e Planejar (2019) destacam que as metas motivam a capacidade financeira.

Além disso, 17,59% citam a falta de tempo para estudar, 15,28% a escassez de conteúdo confiável e 12,50% a dificuldade em entender termos financeiros como barreiras. A ausência de educação financeira aumenta a vulnerabilidade das pessoas (Silva; Monteiro, 2023). Quanto ao impacto da instabilidade financeira, 56,46% afirmam que é negativo, enquanto 44,44% acreditam que a educação financeira melhora planejamento e desenvolvimento profissional, com 12,04% dizendo que contribui para um equilíbrio emocional saudável. Tavares (2003) aponta que a falta de estabilidade financeira pode causar frustrações.

Cerca de 27,78% dos entrevistados afirmaram que a educação financeira os ajuda a tomar decisões mais conscientes, enquanto 15,74% mencionaram maior controle sobre gastos, indicando uma gestão financeira aprimorada. Entre os participantes, 85,19% esperam alcançar estabilidade financeira ao serem nomeados em concursos públicos, com 51,39% concordando parcialmente e 33,80% plenamente. Contudo, muitos enfrentam frustrações e dívidas por falta de planejamento orçamentário. A maioria (89,35%) apoia a inclusão da educação financeira como disciplina obrigatória, com 71,30% concordando plenamente. Costa (2018) sugere que instituições como a Polícia Militar do Maranhão adotem essa abordagem, refletindo a necessidade urgente de acesso à educação financeira.

Educação financeira e seus impactos psicoemocionais e profissionais

A educação financeira é essencial para uma vida econômica saudável, pois capacita indivíduos a tomar decisões financeiras informadas. Seu impacto vai além das finanças, abrangendo aspectos psicoemocionais e profissionais, contribuindo para a redução da inadimplência, aumento da estabilidade financeira, e melhoria na qualidade de vida, relacionamentos e desempenho profissional.

Tabela 4. Análise dos impactos psicoemocional e profissional causados pela ausência de educação financeira

18. Na sua opinião, qual é a importância da educação financeira na vida pessoal e profissional?	QT	%	M	H
Importante	16	7,4%	4	12
Muito importante	200	93%	48	152
19. Em uma escala de 1 a 5, como você classificaria o impacto dos problemas financeiros na sua vida em termos de	QT	%	M	H

estresse, ansiedade e preocupação.				
1	9	4,2%	3	6
2	30	14%	4	26
3	68	31%	11	57
4	60	28%	15	45
5	49	23%	19	30
20. Que estratégias você utiliza para lidar com o estresse e a ansiedade causados por problemas financeiros?	QT	%	M	H
Buscar ajuda profissional (psicólogo, consultor financeiro)	13	6%	2	11
Buscar apoio emocional de amigos/família	45	21%	7	38
Contrata empréstimos	4	1,8%	1	3
Revisa o orçamento e reduz gastos	154	71%	42	112
21. Como os problemas financeiros afetam sua saúde emocional?	QT	%	M	H
Aumento de estresse e ansiedade	69	32%	21	48
Impacto na qualidade do sono	35	16%	10	25
Irritabilidade recorrente	14	6,5%	1	13
Preocupação constante	98	45%	20	78
22. Você acredita que a instabilidade financeira pode impactar negativamente o seu desempenho na atividade policial militar?	QT	%	M	H
Concordo parcialmente	80	37,04%	13	67
Concordo plenamente	95	43,98%	30	65
Discordo parcialmente	13	6,02%	3	10
Discordo plenamente	28	12,96%	6	22
Não consegue opinar	0	0,00%	0	0

23. Como a instabilidade financeira afeta suas relações pessoais?	QT	%	M	H
Afeta a qualidade dos relacionamentos	66	30%	16	50
Cria tensões e conflitos	36	17%	15	21
Leva ao isolamento social	26	12%	7	19
Não tem impacto significativo	88	41%	14	74

A análise dos dados revela uma forte interdependência entre educação financeira, estado emocional e desempenho profissional. Todos os entrevistados reconhecem a influência significativa das finanças em suas vidas, com 92,59% considerando a educação financeira "muito importante", indicando uma carência nesse aspecto. Problemas financeiros afetam as emoções de 50,46% dos participantes, gerando estresse e ansiedade, enquanto 31,48% têm incertezas sobre essa relação. Apenas 18,06% conseguem manter o equilíbrio emocional em dificuldades financeiras, ressaltando a necessidade de conscientização sobre a conexão entre finanças e saúde emocional.

Os resultados enfatizam que a educação financeira é crucial não só para a gestão de recursos, mas também para aumentar a consciência dos impactos emocionais das finanças. Isso pode auxiliar os indivíduos a desenvolver estratégias para lidar com estresse e ansiedade. Para reduzir a pressão financeira, 71,30% dos participantes revisam orçamentos e cortam despesas, enquanto 20,83% buscam apoio emocional de amigos e familiares. Contudo, apenas 6,02% procuram ajuda profissional e 1,85% recorrem a empréstimos para resolver dívidas, o que pode prejudicar a concentração e o desempenho profissional.

Os participantes relataram que suas principais interferências na qualidade de vida incluem preocupação constante (45,37%), aumento de estresse e ansiedade (31,94%), impacto na qualidade do sono (16,20%) e irritabilidade (6,48%). Quanto ao desempenho no trabalho, 81,02% concordam que problemas financeiros afetam suas atividades. Além disso, 59,26% afirmam que seus relacionamentos pessoais são impactados, com 30,56% notando piora na qualidade das relações e 16,67% enfrentando tensões e conflitos. Apenas 40,74% não percebem um impacto significativo.

A psicóloga Valéria Meirelles, da pesquisa da Serasa (2022), aponta que pensamentos negativos aumentam em ambientes de trabalho onde colegas parecem não ter dívidas, levando a comparações que afetam o



desempenho profissional. A pressão financeira pode causar alterações de humor, irritabilidade e isolamento social, prejudicando relações no trabalho. Para policiais, a Ouvidoria da Polícia de São Paulo (2019) destaca que o endividamento está ligado a casos de suicídio, exacerbado pela exigência de manter um padrão de vida elevado, o que aumenta o estresse e compromete o desempenho. Costa (2018) observa que esses fatores estressores afetam o controle emocional dos policiais. Esses dados evidenciam a urgência de programas de educação financeira que considerem aspectos práticos e emocionais, promovendo bem-estar e melhorando as relações interpessoais e a eficácia no trabalho.

CONCLUSÃO

Este trabalho mostra que muitos buscam estabilidade nos concursos públicos sem entender plenamente as funções do cargo ou os impactos na vida pessoal. Após a aprovação, a falta de educação financeira, o fácil acesso ao crédito e a pressão para manter um alto padrão de vida podem levar ao endividamento, prejudicando relacionamentos e desempenho no trabalho.

Como medida preventiva, recomenda-se oferecer palestras e cursos de educação financeira para servidores, especialmente na segurança pública, incorporando o tema nos cursos de formação. Para a Polícia Militar do Maranhão, uma Central de Atendimento às Finanças, com orientadores capacitados, ajudaria policiais endividados a ajustar seus orçamentos. Dessa forma, a educação financeira atua preventivamente e como suporte, mostrando que aprovação em concurso não garante estabilidade financeira; é crucial facilitar o acesso ao conhecimento financeiro para uma gestão eficaz dos recursos pessoais.

REFERÊNCIAS

ALAM, Naushad; KHAN, Mohammad Shahfaraz; AZAD, Imran; SHAHID, Faisal; DAR, Amir Ahmad. **Identifying the approach to financial sustainability: navigating the complexities of earning and spending**. Edelweiss Applied Science and Technology, v. 8, n. 4, p. 995-1006, 2024.

ALBRECHT, P. **Sentidos do trabalho para concurreiros**: a busca do emprego estável como estratégia de inserção no mundo do trabalho contemporâneo. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: Filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BORGES, André Márcio. **O impacto da educação financeira no uso do crédito consignado**. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas com ênfase em Educação Financeira) – Florida Christian University, Orlando, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/45185018/MASTER_OF_SCIENCE_IN_BUSINESS_ADMINISTRATION_IN_FINANCIAL_EDUCATION. Acesso em: 29 abr. 2025.

BUENO, Henrique. **Felicidade Interna Bruta (FIB)**: felicidade como indicador principal. VOCÊ S/A, São Paulo, 17 set. 2024. Disponível em: <https://vocesa.abril.com.br/columa/henrique-bueno/felicidade-interna-bruta-fib-felicidade-como-indicador-principal/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

CHACON, Leonardo Lopes. **Empréstimos consignados**: um estudo junto a servidores públicos do Estado da Paraíba. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16122>. Acesso em: 29 abr. 2025.

CNC. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. CNC: Brasília, 2021.

CNC. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. CNC: Brasília, 2024.

COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANEJADORES FINANCEIROS. **Planejamento Financeiro Pessoal**. ed.1, set. Rio de Janeiro. TOP. 2019.

COSTA, Luis Paulo Penha. **Policiais militares de São Luís-MA e o planejamento financeiro: influências na ação policial**. Universidade Estadual Do Maranhão. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Curso De Formação De Oficiais. São Luís, 2018.

FONTAINHA, F. C. et al. **O concurso público brasileiro e a ideologia concurreira**. Revista Jurídica da Presidência, v. 16, n. 110, p. 671-702, 2015

FREIRE, F. S. et al. **Um Estudo das Exigências Programáticas em Contabilidade Pública nos Concursos Públicos Organizados pelo CESPE**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília, v. 6, n. 4, art. 5, p. 419- 433, 2012.



LEITE, Elaine da Silveira. **Dinheiro e crianças:** a consagração moral da educação financeira no Brasil. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, e230073, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/DsZ7NsbZh4nsNcFbywtFv7y/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

LEYA S. A. **Caderno de educação financeira – 4.** [S.l.]: Editorial do Ministério da Educação e Ciência, 2021.

MACÊDO, D. F. et al. **Análise do Concurso Público como Instrumento de Seleção de Pessoal no Setor Público:** Percepção de um Grupo de Servidores de Instituições Federais de Ensino Superior. *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 29, n. 01, jan/abr 2016, p. 92 – 110

MAIA, Bóris. **A institucionalização do concurso público no Brasil:** uma análise sóciohistórica. Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 2021.

MAZZI, Lucas Carato; HARTMANN, Andrei Luís Berres; PESSOA, Cristiane Azevedo dos Santos. **Educação financeira e justiça social:** reflexões no âmbito da educação matemática. *Bolema*, Rio Claro (SP), v. 38, e240044, 2024.

MORESI, Eduardo (org.). **Metodologia da Pesquisa.** Universidade Católica De Brasília – UCB. Brasília, 2003.

MOTTA, F. **Concurso Público:** direito à nomeação e a existência de “cadastro de reserva”. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE)*, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 24, 2011.

NAKASHIMA, Maurício. **Problemas relacionados ao psicológico dos policiais militares.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 9, n. 7, p. 641–650, jul. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i7.10610>. Acesso em: 29 abr. 2025.

NETO, Paulo Dias de Amorim; NEVES, Giselda Bezerra Correia; CARNEIRO, Gledsângela Ribeiro; FRAZÃO, Iracema da Silva. **Motivações e consequências do uso de substâncias psicoativas na atividade laboral de policiais militares: revisão integrativa.** *Revista Brasileira Interdisciplinar de Residências em Saúde*, Recife, v. 1, e0005, p. 1–6, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2965-4270.2023.2022104>. Acesso em: 29 abr. 2025.

NOGUEIRA, Bruno de Oliveira Santos Paiva. **Concurseiros:** Motivos e métodos para ingressar no serviço público. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais Departamento de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2015.

PEREIRA, G. K; MADRUGA, A. B; KAWAHALA E. **Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil.** *Cad Saúde Colet*, 2020; 28 (4): 500-509. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040562> Acesso em: 08 out. 2024.

POOTUK, Neomar Christian; GUIMARÃES, Lucas Pereira Gabardo. **Análise acerca das consequências advindas da falta de uma cultura de controle financeiro pessoal por parte dos policiais militares.** *Revista RECIMA21*, v. 5, n. 10, e5105825, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v5i10.5825>. Acesso em: 29 abr. 2025.

RIBEIRO, C. T. **Agenda em políticas públicas:** a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 487–498, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/kNmkwXDdW3LZSsPn7PjmYfg/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

ROBERT HALF. **Índice de Confiança Robert Half (ICRH):** sondagem de profissionais qualificados. 29. ed. São Paulo: Robert Half, 2024. Disponível em: 2024-indice_confianca-29ed-robert_half-V1.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

OLIVEIRA, Kamila Pagel de; PAULA, Maria Thereza Mota Sampaio de; PAIVA, Lincoln Ribas de Oliveira; ANDRADE, Kimberly Ohana Freitas; COURA, Éder Rocha. **A estabilidade no setor público brasileiro:** o que pensam os servidores públicos? *Revista de Carreiras e Pessoas – ReCaPe*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 283–304, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/44754>. Acesso em: 29 abr. 2025.

OUVIDORIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Uma Análise Crítica sobre Suicídio Policial.** Conselho Federal De Psicologia. Conselho Regional De Psicologia SP. São Paulo, 2019.

SANTOS, Luiz Ricardo dos. **Os desafios da saúde psicológica dos policiais militares.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 8, n. 9, p. 1–6, set. 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6856>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil.** *Revista de Administração Pública (RAP)*. Rio de Janeiro, v. 41(6): p.1121-1141, nov./dez. 2007.

SERASA; INSTITUTO OPINION BOX. **Pesquisa Perfil e Comportamento do Endividamento Brasileiro 2022**, colaboração da Psicóloga do Dinheiro, Valéria Meirelles, 2022.



SOUZA, Eliane Alves de; SANTOS, Luciene Suzarte. **A educação financeira como uma importante contribuição para a economia no século 21.** Revista Mais Educação, v. 5, n. 1, p. 142-155, mar, 2022.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade.** Universidade Federal Da Bahia. Salvador, 2017.

SILVA, Bruno Araujo Bispo da; MONTEIRO, Jamir Mendes. Educação Financeira: **Um estudo sobre a sua importância na gestão pessoal.** Research, Society and Development, v. 12, n. 6, e16212642125, 2023

TAVARES, Daniela Sanches. **O sofrimento no trabalho entre servidores públicos:** uma análise psicossocial do contexto de trabalho em um tribunal judiciário federal. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em:
<https://doi.org/10.11606/D.6.2003.tde-20032004-083408>. Acesso em: 29 abr. 2025.

TIRELLO, Dernivaldo da Costa; RIBEIRO, Fabrício Vieira; DIAS, Marcos Antônio Negreiros; OLIVEIRA, Juliana Di Silva. **Gestão financeira do policial militar e o impacto na sua estabilidade financeira.** Revista Científica Multidisciplinar Leviathan, v. 15, n. 43, 2024. Disponível em:
<https://doi.org/10.56238/levv15n43-116>. Acesso em: 29 abr. 2025.

WISNIEWSKI, Marina Luiza Gaspar. **A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais:** uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. Revista Intersaberes, Curitiba, a. 6, n. 12, p. 155–172, 2011.